

## Das margens da Floresta Amazônica à margem da sociedade: o caso dos Sateré-Mawé residentes em Parintins/AM

*Maria de Lourdes Ferreira da Silva<sup>1</sup>  
Milena Fernandes Barroso<sup>2</sup>*

*Universidade Federal do Amazonas*

### Resumo

O presente artigo visa apresentar os resultados da pesquisa realizada junto aos indígenas da Etnia Sateré-Mawé residente na Casa de Trânsito Indígena de Parintins, município do Estado do Amazonas. A referida pesquisa se deu por ocasião do Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharel em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas/UFAM. Nesse sentido, apresenta as condições de vida desses indígenas e os desafios de viver na cidade. Como reflexão inferimos que a vivência em áreas urbanas configura novas formas de condições de vida, diferentes das vivenciadas em terras indígenas. Esse novo cenário vivido faz surgir à necessidade de se criar mecanismos próprios de interação com a sociedade envolvente, mas sem deixar de lado sua essência cultural.

**Palavras-chave:** Etnia Sateré-Mawé. Condições de Vida. Índios Urbanos.

### Abstract

This article presents the results of research carried out with indigenous Ethnicity Sateré-Mawé House resident Transit Indigenous Parintins municipality in the state of Amazonas. Such research was on the occasion of Labor Course Completion of Bachelor in Social Work Institute of Social Sciences, Education and Animal Science of the Federal University of Amazonas / UFAM. In this sense, states the conditions of life of indigenous people and the challenges of living in the city. As a reflection infer that the experience in urban configures new ways of living conditions experienced in the different indigenous lands. This new scenario experienced raises the need to create their own mechanisms of interaction with the surrounding society, but without forgetting its cultural essence.

**Keywords:** Etnia Sateré-Mawé. Conditions of Life. Urban Indians.

---

1 Docente substituta do Curso de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Cursando Especialização em Saúde Pública e da Família. [malusilferreira@gmail.com](mailto:malusilferreira@gmail.com).

2 Docente do Curso de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. [mi.barroso@yahoo.com.br](mailto:mi.barroso@yahoo.com.br).

A Amazônia é um bioma constituído por diversidade natural (fauna, flora e recursos hídricos), étnica e cultural. O espaço geográfico que abriga a floresta e onde habitam diferentes pessoas, distintos povos, se vê ameaçado por interesses econômicos. Dentre esses povos, estão os indígenas, que historicamente foram oprimidos pelo etnocentrismo.

Na região que compreende o Estado do Amazonas, mais especificamente a leste do território, está a etnia Sateré-Mawé<sup>3</sup>, povo que não diferente de seus pares tem vivenciado opressão, escassez de alimentos, poluição, riscos e agravos à saúde, bem como a necessidade de buscar formação escolar para se afirmar etnicamente, mas também para sobreviver em meio a essa sociedade tão excludente e desigual.

Diante desse panorama os indígenas Sateré-Mawé<sup>4</sup> têm sido obrigados a deixar a

---

3 Os Sateré-Mawé integram o tronco linguístico Tupi, sendo considerados como um dos clãs que constituem a estrutura social Tupinambá. Assim, como os demais clãs desse grupo, eles não operam como grupo corporado, mas encontram-se dispersos nas diversas comunidades como clãs multilocalizados. A existência desse grupo em terras amazônicas se deu através das migrações dos Tupinambás (ALVAREZ, 2009).

4 Atualmente existem 10.338 indígenas sateré-mawé habitando o leste do estado do Amazonas na divisa com o estado do Pará, compreendendo as regiões do Andirá-Marau, Koatá-Laranjal e Uaicurapá (FUNASA/SIASI, 2010). Atualmente, esses índios se definem eles mesmos como Sateré-Mawé. Sateré (nome do clã mais nobre, considerado no passado como o clã dos tuxauas: chefes da tribo), é um animal que parece com uma centopéia peluda. Mawé é o nome mais completo da tribo e também de um papagaio falante dessa região (BERNAL, 2009). Os sateré-mawé obedecem a uma lógica cultural. Entre as características étnicas está o Tuxaua, este representa a autoridade da tribo,

floresta, seu *ethos*, para buscar melhores condições de vida na cidade. Essa tem sido uma constante no município de Parintins, a 375 km de Manaus. O presente artigo visa apresentar os resultados da pesquisa realizada junto aos Sateré-Mawé que residem na área urbana do município, especificamente na Casa de Trânsito Indígena.

Parintins é uma cidade do interior do estado do Amazonas, com uma população estimada em mais de 100 mil habitantes (IBGE, 2010). Faz fronteira com o Estado do Pará e serve de polo base para cidades circunvizinhas, por ter uma geografia privilegiada no Baixo Amazonas. É conhecida internacionalmente como “ilha encantada” ou “ilha da fantasia” por realizar o Festival Folclórico que envolve a disputa dos bois Caprichoso e Garantido.

Essa cidade que se apresenta ao mundo como majestosa enfrenta problemáticas amplas, de cunho econômico e social. Nesse cenário, encontram-se os indígenas Sateré-Mawé, que inclusive são

---

o chefe, o cacique. Toda tribo tem um tuxaua, o qual é considerado como responsável desta, pessoa investida de autoridade para mediar conflitos internos e representar a tribo diante da sociedade ocidental. O artesanato é outro traço étnico Sateré-Mawé, dentre estes se destacam os tecumes, sendo sua maior expressão. “Eles designam por tecume o artesanato confeccionado pelos homens com talos e folhas [...], com os quais fazem peneiras, cestos, tipitis, abanos, bolsas, chapéus, paredes, coberturas de casas, etc.” (LORENZ, 1992, p. 30). As mulheres confeccionam artesanato usando sementes para colares, brincos e pulseiras. O guaraná é um dos marcadores Sateré-Mawé que se relaciona com economia e espiritualidade dos mesmos. Além de ser um produto comercializado, serve para o consumo dos mesmos, pois do guaraná se faz o çapó, bebida utilizada no cotidiano, mas também para celebrações rituais.

exaltados nos três dias do Festival na figura das tribos e do pajé, mas que durante o restante do ano são entregues à própria sorte.

Na cidade, os Sateré-Mawé se deparam com realidade diferente do contexto vivenciado nas comunidades indígenas. Essas diferenças têm raízes culturais, mas também sociais e econômicas, uma vez que quando passam a morar na área urbana passam por situações precárias de trabalho, renda, moradia, saúde e educação.

Essas situações são decorrentes da dificuldade ou negação de acesso aos direitos assegurados em lei via políticas públicas. Entre os principais motivos que levam os indígenas a migrarem para a cidade está à procura por melhores condições de acesso, seja no que se refere à educação, saúde, moradia, dentre outros.

Ocorre que a vivência em áreas urbanas, de acordo com Teixeira (2008), nem sempre proporciona melhores condições de acesso dos indígenas aos serviços ou políticas públicas existentes. Na maioria das vezes a insuficiência destes traz opressões etnocêntricas, precarização do trabalho, entre outras refrações da questão social presentes no cotidiano urbano, os quais comprometem as condições de vida da população<sup>5</sup>.

---

5 As refrações da questão social são as expressões das desigualdades da sociedade capitalista. Nesse sentido, as refrações formam este conjunto que por sua vez está definido como questão social.

Para a elaboração do trabalho foi utilizada abordagem qualitativa com suporte dos dados quantitativos. A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas inter-relacionadas. A primeira referente à pesquisa bibliográfica e a segunda à pesquisa de campo. Sete famílias Sateré-Mawé que mantinham residência na Casa de Trânsito Indígena no momento da pesquisa foram entrevistadas. Os instrumentos para a coleta de dados quantitativos foram questionários semiestruturados e entrevistas com roteiro preestabelecido.

### **A Migração dos indígenas Sateré-Mawé para a Casa de Trânsito Indígena de Parintins**

A Casa de Trânsito Indígena, popularmente conhecida como Casa do Índio, pertence oficialmente à Diocese do município de Parintins, mas foi cedida aos indígenas para que estes pudessem se hospedar temporariamente. Ocorre que, há mais de dez anos, famílias têm morado na Casa de forma permanente.

Apesar de o espaço ter sido cedido aos indígenas, a Diocese de Parintins estabelece regras de uso e convivência no interior da Casa. Entende-se que tal situação revela a continuidade de um processo de dependência estabelecida durante a

colonização entre os indígenas e os missionários.

Dentre os motivos que levaram famílias Sateré-Mawé a migrarem para a Casa de Trânsito está a saúde (28,54 %), seguida de educação (14,27 %); a opção “outros motivos” representou 14,29% das respostas e diz respeito a escolhas aleatórias.

Partindo dos dados obtidos entende-se que o fato de a saúde ser um dos principais motivos da migração dos Sateré-Mawé se dá em razão da ausência nas comunidades de suporte médico e material para aqueles que possuem doenças e necessitam de atenção médica contínua e permanente.

Este fato pôde ser verificado durante a pesquisa. “Primeiramente nós viemos por motivo da minha filha ter uma doença que impediu ela de andar direito e ter que tomar remédio controlado. Aí, a mulher com dois filhos meus ficaram aqui, depois ficaram pra estudar [...]” (JOSÉ, PESQUISA DE CAMPO, 2011)<sup>6</sup>.

Quanto à educação dos filhos, elencada como um dos motivos, compreende-se que o contato cada vez maior com a sociedade envolvente faz surgir nos indígenas o sentimento da importância da formação escolar. Bernal (2009, p. 161) assinala que:

---

<sup>6</sup> Os nomes utilizados são fictícios a fim de preservar a identidade dos sujeitos da pesquisa.

A necessidade de estudar é a primeira razão expressa quando se trata de falar da migração de um núcleo familiar. No imaginário de todas as tribos amazônicas que tiveram contatos mais ou menos prolongados e intensos com a sociedade nacional, a educação das crianças é uma prioridade que determina fortemente o fluxo migratório de grupos familiares inteiros. Na origem da criação dessa ideologia, encontra-se o trabalho “civilizador” realizado pela igreja Católica, mas também pelas forças armadas, pelos funcionários da Funai, e, mais recentemente, por outros organismos, tais como as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação ou certas organizações não-governamentais.

É dentro dessa realidade e sob essa ideologia que as famílias hoje residentes na Casa de Trânsito vieram para Parintins. Para elas, a educação dos filhos é importante, uma vez que os estudos permitirão que os mesmos voltem para suas aldeias de origem para ali poder contribuir com a família e a comunidade como um todo. É importante destacar que nas comunidades “[...] o nível escolar oferecido não vai além da terceira série do ensino fundamental, os pais devem decidir se os filhos ficarão sem instrução suplementar ou se mandam eles para as cidades próximas para continuar seus estudos” (BERNAL, 2009, p. 161).

Outro motivo para a migração é a escolha política feita dentro das aldeias. Alguns indígenas vem para a cidade por indicação das lideranças Sateré-Mawé e pelo

tuxaua geral da tribo. Um entrevistado refere-se à sua ida a Parintins a partir da seguinte narrativa: “vim para a cidade por escolha do tuxaua geral, que me nomeou para ser o coordenador responsável pela casa, para que eu pudesse tomar conta dela” (PESQUISA DE CAMPO, 2011).

O fato de este indígena migrar para Parintins encarregado de uma obrigação/função política demonstra a autoridade que o tuxaua geral tem sobre seus parentes e se reflete no que expõe a pesquisa que Bernal (2009) realizou acerca dos índios urbanos em Manaus, o qual destaca que um dos motivos encontrados para os índios virem para a cidade se refere ao fato de terem sido “eleitos para representar suas associações ou organizações indígenas; é o caso do índio do sexo masculino. Para ele, viver na cidade foi uma exigência da luta pela terra, pela organização, pelos direitos” (p. 161).

Os indígenas, visando consolidar direitos, deixam suas terras para fixar residência na cidade a fim de lutar por políticas públicas para a comunidade e para os próprios indígenas que residem nos centros urbanos. Ao migrarem para Parintins, não tendo parentes ou moradia própria, passam a residir na Casa de Trânsito Indígena. Ocorre que a vida na cidade apresenta condicionantes que implicam na

permanência destes indígenas, dentre estes estão o desejo de continuidade dos estudos dos filhos e melhores serviços de saúde.

Desse modo, os indígenas Sateré-Mawé acabam permanecendo por muito mais tempo. Essa permanência vai ter relação direta nas condições de vida deles, uma vez que a consolidação ou a negação de direitos através do acesso às políticas públicas influencia diretamente nas condições de vida de uma população.

### **Caracterização das condições de vida dos Sateré-Mawé residentes na Casa de Trânsito Indígena de Parintins**

Para se falar em condições de vida é necessário levar em consideração aspectos demográficos e socioeconômicos determinantes, os quais servem como indicadores sociais para mensurá-las<sup>7</sup>.

Os indicadores utilizados no trabalho a fim de se verificar condições de vida da população, referem-se à educação (grau de instrução e oferta de educação escolar indígena), situação de trabalho e renda, composição da família/arranjos familiares, acesso aos serviços de saúde

---

<sup>7</sup> A criação de indicadores sociais que pudessem mensurar as condições de vida da população se deu por volta da década de 1960 nos Estados Unidos, mas foi na década de 70 que houve maior difusão e implementação de tais estatísticas em todos os países, as quais não pretendem verificar somente o crescimento econômico do país através do Produto Interno Bruto (PIB), mas verificar o seu desenvolvimento social. No Brasil a implementação de tais indicadores se deu em 1973 através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

(ocorrência de doenças e cobertura dos serviços segundo a óptica dos indígenas) e habitação (condições de moradia). O primeiro indicador refere-se à composição das famílias aqui abordadas, bem como arranjos familiares que as caracterizam (estado civil).

A pesquisa revelou que 14,29% dos representantes vivem sozinhos na Casa; salienta-se que o mesmo percentual foi identificado na terceira opção elencada no questionário, a qual se refere à composição familiar por cinco pessoas cujo estado civil se apresenta como união estável; importante também de se destacar é o fato de que 71,43% das famílias são constituídas por mais de seis pessoas, sendo 28,58% casadas, 14,29% viúvas e 28,58% com união estável.

As famílias formadas por mais de seis pessoas são constituídas por pelo menos mais de um arranjo familiar. Além de haver a presença das pessoas de referência da família (pai e mãe) e filhos, há ainda, os filhos dos filhos e marido/mulher destes filhos.

Essa realidade demonstra que dentro de um grupo familiar existem especificidades familiares. Ocorre que a maioria destas famílias, se não todas, mesmo sendo constituídas por unidades particulares, continuam sob a responsabilidade de um chefe. Conforme a pesquisa, 42,86% destes chefes são mulheres e 57,14 % são homens.

Outro indicador social se refere ao grau de instrução dos chefes das famílias indígenas residentes na Casa de Trânsito. Do total, 28,57% nunca frequentaram a escola; 42,86% possuem o Ensino Fundamental incompleto e 28,57% possuem Ensino Médio incompleto.

“O estudo no meu tempo era sempre difícil, aí eu vim pra cidade estudar [...] mas aí, né, eu acabei desistindo e depois que eu arrumei filho ficou mais difícil, eu passei um tempo estudando na EJA, mas era muito longe e difícil e tinha os filhos, aí desisti” (MARIA, PESQUISA DE CAMPO, 2011).

Conforme a fala da chefe de família, que há dez anos reside na Casa de Trânsito, na área indígena certamente por volta de 20 anos atrás existiam poucas escolas e possivelmente mínimas oportunidades de estudo. Vindo para a cidade buscam como opção a escolarização por meio de um sistema de aceleração das séries, tal como se dá no EJA. Ocorre que nem sempre estes costumam terminar estes estudos, ainda que de forma acelerada.

Outra situação encontrada, além da falta de escolarização, é a perda de oportunidades de empregos.

Comprovadamente, maiores níveis de escolaridade garantem melhores oportunidades de inserção qualificada no mercado de trabalho. Portanto, é importante verificar se as pessoas economicamente ativas têm

uma escolaridade de pelo menos 11 anos de estudo completos, equivalente ao ensino médio, nível que atualmente é exigido para praticamente todos os postos de trabalho no mercado formal (IBGE, 2010, p. 49).

Nesse sentido, acredita-se que os indígenas chefes das famílias residentes na Casa, certamente, encontram maiores dificuldades para conseguir emprego do que aqueles que possuem o Ensino Médio ou nível superior completo. Para verificar a assertiva apresentamos os indicadores sociais referentes à situação de trabalho e renda.

Das famílias entrevistadas, 71,43% atualmente são autônomas, sendo que destas 42,86% tem como renda familiar menos de um salário mínimo e 28,58% ganham até um salário mínimo. Verificou-se que 28,57% são aposentados. Destes, 14,28% tem renda de um salário mínimo; 14,28% tem como renda dois salários mínimos.

Conforme dados apresentados, as famílias têm como fonte de renda o emprego informal. A principal atividade laboral desenvolvida pelos indígenas residentes na Casa de Trânsito é o artesanato. Outra fonte diz respeito aos programas de transferência de renda ou benefício social. Das famílias residentes na Casa de Trânsito, 20% recebem benefício social e 80% estão inscritas em programas de transferência de renda, nesse caso o Programa Bolsa Família.

As famílias sobrevivem em grande parte do dinheiro do Bolsa Família, uma vez que nem sempre a comercialização do artesanato consegue cobrir todas despesas financeiras. O acesso aos serviços de saúde, levando em consideração a cobertura dos serviços segundo opinião dos indígenas, foi outro indicador social utilizado na pesquisa.

Notou-se que 71% das famílias, quando acometidas por enfermidades, recorrem a centros de saúde e hospitais de urgência/emergência no município de Parintins; 29% recorrem à equipe da CASAI/SESAI.

Os Sateré-Mawé urbanos costumam se utilizar mais dos serviços de saúde oferecidos pelo SUS porque a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) não é responsável pelo atendimento dos tradicionais que residem em área urbana, apresentando resistência quando os indígenas urbanos buscam por seus serviços. Outro motivo se refere ao fato de que os indígenas costumam buscar atendimento médico somente quando estão acometidos por enfermidade, por isso geralmente buscam a emergência dos hospitais existentes no município.

“Nossas crianças de vez em quando ficam doentes de gripe. Aí a gente leva no posto que tem aqui perto. Quando a agente de saúde marca a consulta para nós, vamos até a

CASAI. Mas tem vez que nós levamos na emergência mesmo, porque lá tem médico e atende rápido a gente” (MARIA, PESQUISA DE CAMPO, 2011).

O depoimento da indígena demonstra que a busca por serviços de saúde nos hospitais é prática comum entre os índios da Casa, uma vez que no setor de emergência dos hospitais os médicos estão de plantão e não há a necessidade de marcar consultas. Contudo, verificamos que este serviço, assim como os demais, são vistos com insatisfação pelos moradores da Casa, quando questionamos a respeito de como estes consideram o acesso à saúde no município.

“A saúde é complicada aqui na cidade. Nós costumamos enfrentar dificuldades quando vamos na CASAI ou no hospital, porque demora muito o atendimento. É isso, no hospital demora muito para o médico atender o índio e na CASAI não é toda hora que a gente pode contar” (JOSÉ, PESQUISA DE CAMPO, 2011).

Por último, apresentam-se como indicador social as condições de moradia na Casa. Buscamos avaliar estas condições a partir do modo de viver indígena. Questionou-se dos indígenas a sua visão a respeito das condições de moradia da referida Casa. Evidenciamos que 14% das famílias consideram “ótimas” as condições de

moradia da Casa de Trânsito Indígena; 28% consideram “boas”; 29% consideram “regulares”; o mesmo percentual foi verificado para a opção “precárias”.

A estrutura física da Casa é a principal reclamação dos indígenas, tanto que já foi alvo de denúncia nos meios de comunicação local e inclusive nacional. No entanto, acredita-se que a situação de maior vulnerabilidade dos moradores da Casa de Trânsito se dê com relação à segurança da permanência no espaço. De acordo com a indígena Joana, “de vez em quando ocorrem conflitos aqui. Uma pessoa que mora aqui fez algumas denúncias na rádio e para a igreja e o bispo já falou que nós vamos ter que sair” (PESQUISA DE CAMPO, 2011).

As famílias residentes na Casa de Trânsito Indígena enfrentam dificuldades financeiras e de acesso aos serviços de saúde e educação. Na cidade, as pessoas não têm perspectivas de emprego formal e se apoiam em Programas de Transferência de Renda do governo federal e do artesanato produzido. Contudo, embora tenham o artesanato como um instrumento de resistência e afirmação étnica, não possuem incentivos materiais e financeiros que possam alavancar a produção.

Quando indagadas a respeito da vontade de voltar para a sua comunidade de origem, com exceção de uma família, todas

manifestaram este desejo, porém a razão para que estas famílias não voltem para sua comunidade é a busca por melhores condições de acesso aos serviços de saúde e de educação, fato que se revela como uma contradição conforme os dados apresentados na pesquisa.

### **Desafio de ser índio na cidade: entre o direito e a realidade**

Como foi destacado nos tópicos anteriores, os indígenas que residem nos centros urbanos enfrentam em seu cotidiano situações que caracterizam sua precária condição de vida. Mesmo havendo um conjunto de leis indigenistas com intuito de proteger esses povos, ainda há situações de negação destas, sobretudo no que se refere aos índios urbanos.

Em face desta realidade, os diferentes povos indígenas brasileiros e da América Latina têm buscado se organizar em defesa de seus direitos. Estes têm buscado, através de movimentos sociais, associações, grupos de estudo e organizações alcançar e exercer sua cidadania por meio de diálogos muitas vezes conflituosos com a sociedade envolvente.

Os Sateré-Mawé, assim como os diferentes povos indígenas, tem se articulado coletivamente para se afirmar enquanto

portadores de direitos. Alvarez (2009) destaca que:

No início da década de 1990, os Sateré-Mawé criaram sua organização indígena, o Conselho Tribal, posteriormente renomeado como Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM). No conselho se articulam as lideranças não-tradicionais e as lideranças tradicionais. A organização indígena foi criada com base nas preocupações dos tuxauas na saúde e assistência às populações indígenas. Nesse contexto surgem várias lideranças não-tradicionais (p. 173).

O Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM) é uma organização constituída pelos tuxauas de todas as comunidades indígenas da etnia e está sob a representação de um tuxaua geral. Inicialmente, o CGTSM era formado por lideranças tradicionais, ou seja, líderes residentes nas comunidades, porém conflitos em suas terras – abertura de estrada e invasão de empresas para exploração de recursos naturais e minerais – fez surgir a necessidade de se delegar funções específicas a indígenas que deixaram as comunidades originárias para, na cidade, adquirir maior arcabouço político e desenvoltura crítica. Eles são chamados de lideranças não-tradicionais.

“Quanto às organizações, primeiro surgiu com os tuxauas para defender os direitos dos Sateré-Mawé, depois com os professores, a OPISMA” (JOSÉ, PESQUISA

DE CAMPO, 2011). A partir do depoimento, observamos a organização dos indígenas como o instrumento que eles possuem para o enfrentamento das demandas na cidade. O entrevistado ressalta a existência de outra organização formada pelos professores indígenas Sateré-Mawé, o que é uma realidade, uma vez que os índios têm buscado se articular de acordo com suas necessidades.

A esse respeito, Alvarez (2009, p. 134) expõe que “os processos de demarcação de terras indígenas estimularam a criação de organizações que, regularizadas cartorialmente, passam a se constituir em mediadoras das relações com os brancos”.

Isto foi verificado na fala de outra indígena residente na Casa:

Tem organização dos professores, da tribo Sateré-Mawé, a associação das mulheres, tem a AMISM, mas eu vejo que muitas não funcionam como deveriam funcionar [...] Eu vejo muito mal organizado, a única que eu vejo funcionar direitinho é a OPISMA. E agora tem a comissão de mobilização para a organização, né, das mulheres indígenas. Pra vê se a gente consegue organizar outra associação representando as mulheres indígenas do Rio Andirá, só que essa comissão tá começando a nascer, tanto que temo incentivando as mulheres para fazer uma associação bem organizada (JOANA, PESQUISA DE CAMPO, 2011).

Os Sateré-Mawé encontram-se articulados em organizações que levantam diferentes bandeiras, mas com o único objetivo de lutar pela efetivação de seus direitos. A fala acima aponta a variedade de organizações existentes e também a criação de uma nova organização com o intuito de reunir as mulheres indígenas do Rio Andirá.

A pesquisa verificou que, apesar de haver insatisfações particulares, os indígenas da Casa costumam apoiar iniciativas e lutas travadas por estas organizações. Algo relevante a destacar é que a aproximação de acadêmicos e professores das universidades presentes em Parintins com os indígenas da Casa vem incentivando a formação de lideranças, as quais, por meio de movimentos não-tradicionais, articulam-se para a busca de direitos que possam atender às necessidades imediatas e futuras.

Aqui na cidade a saída é ver o que vocês têm pra nos ajudar. Tem muita gente que vem aqui querendo saber a cultura do índio, umas vêm e não ajudam o índio. Outras têm ajudado, um exemplo foi à reunião pra discutir o estatuto da tribo. Também tem o pessoal da economia solidária que tá nos incentivando a desenvolver o nosso artesanato e agora nós vamos reunir em assembleia com todas as lideranças e falar também do problema da Casa (JOANA, PESQUISA DE CAMPO, 2011).

O que se observa é que mesmo sem existir leis e órgãos instituídos para atender aos povos indígenas, a perspectiva tem sido a busca por organizações que possam lutar pelos direitos dos tradicionais. A articulação com grupos da cidade tem sido almejada, tendo em vista a autodeterminação dos povos indígenas. Contudo, percebeu-se que ainda há uma relação de dependência dos Sateré-Mawé urbanos ante instituições indigenistas locais.

Evidencia-se uma contradição, haja vista que os Sateré-Mawé urbanos buscam se organizar, mas não pretendem romper com instituições locais, as quais os relegam à condição de tutelados e sem autonomia para decidir por seus valores, anseios e principalmente pela luta por emancipação política e cidadã.

Existe um panorama que está sendo construído lentamente pelos indígenas da Casa, os quais demonstram organização, exigência de seus direitos e ainda afirmam sua identidade. A autodeterminação desse coletivo, porém, precisa ser mais bem discutida, sobretudo em relação à sociedade envolvente.

Apesar de estarmos longe de ver os indígenas residentes na Casa de Trânsito de Parintins gozarem de cidadania plena numa sociedade sem preconceito e exploração, a identificação e resistência étnica destes é

como uma força política importante, que tem consequências relevantes na política de saúde, habitação, trabalho, renda, enfim, em suas condições de vida na cidade. Desse modo, a luta também representa uma afirmação da etnicidade indígena.

### **Considerações finais**

Defrontou-se com uma realidade conflitante enfrentada pelos Sateré-Mawé urbanos residentes em Parintins, a qual reflete a forma histórica como os indígenas são vistos e tratados na sociedade ocidental. O fenômeno da migração é frequente, sendo um processo cultural que ocorre desde suas origens étnicas.

Outros fatores, ainda, tem se apresentado como determinantes da migração cada vez mais frequente dos Sateré-Mawé para a Casa de Trânsito Indígena de Parintins. Entre estes está a busca pelos serviços de saúde, a qual se dá em razão da ausência nas comunidades de suporte para aqueles que necessitam de atenção médica contínua e permanente.

Nesse processo está também a busca por educação, a partir da formação escolar dos jovens, uma vez que na maioria das comunidades o ensino vai até as séries iniciais do Ensino Fundamental.

Houve forte indicativo de que as famílias residentes na Casa de Trânsito

Indígena de Parintins vivenciam situação de pobreza crônica, haja vista que seis das sete famílias contatadas sobrevivem com até um salário mínimo, havendo a necessidade de se garantir o sustento de seis pessoas.

Na cidade, estas pessoas não têm perspectivas de emprego e a renda é oriunda, em sua maioria, dos programas de transferência de renda do governo federal e da comercialização do artesanato produzido por estes.

O trabalho com o artesanato é positivo porque, além de ser uma fonte de geração de renda, é também instrumento de afirmação de identidade. No entanto, verificamos que não há incentivos financeiros para que os moradores na Casa possam alavancar as vendas, embora exista um lugar reservado para a comercialização de seus produtos.

A reflexão sugerida é referente à importância do fomento a políticas públicas voltadas para esse grupo, hoje notadamente vulnerável, sobretudo tendo em vista que os Sateré-Mawé urbanos enfrentam em seu cotidiano complexas dificuldades e são relegados a uma condição de tutelados.

## Referências

ALVAREZ, Gabriel. Satereria: Tradição e Política Sateré-Mawé. Manaus: Editora Valer/CAPES/PRODOC, 2009.

BERNAL, Roberto Jaramillo. Índios Urbanos: processo de reconformação das identidades étnicas indígenas em Manaus. Tradução de Evelyne Marie Therese Mainbourg. Manaus: Editora da Faculdade Federal do Amazonas/Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2009.

BRASIL. Lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Publicado no Diário Oficial de 21 de dezembro de 1973.

\_\_\_\_\_. Fundação Nacional de Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. 2ª. ed. Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002.

\_\_\_\_\_. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território Baixo Amazonas – Amazonas. Manaus: Secretaria de Desenvolvimento Territorial/ Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Cáritas Arquidiocesana de Manaus, 2011.

CALEFFI, Paula. “O que é ser índio hoje?” a questão indígena da América Latina / Brasil no início do século XXI. In: SIDEKUM, Antônio (org). Alteridade e multiculturalismo. Ijuí, Rio Grande do Sul: UNIJUI, 2004.

COHN, Clarice. Culturas em Transformação: os índios e a civilização. São Paulo Perspec. vol.15 no.2 São Paulo Apr./June 2001.

HECK, Egon et al. Amazônia indígena: conquistas e desafios. Dossiê Amazônia Brasileira I. Estud. av. vol.19 nº. 53. São Paulo Jan./Apr. 2005.

HOEBEL, E. Adamson, FROST, Everett L. Antropologia cultural e social. São Paulo Cultrix, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010. IBGE: Rio de Janeiro, 2010.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 13. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. 116p. (Coleção antropologia social).

- LIMA, Antônio Carlos de Souza. Sobre Indigenismo, Autoritarismo e Nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da Proteção Fraternal no Brasil. In: Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil. São Paulo: Marco Zero, 2002.
- LINTON, R. Cultura e personalidade. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- LORENZ, Sônia da Silva. Sateré Mawé: os filhos do guaraná. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista. 1992.
- NUNES, Eduardo Soares. Aldeias Urbanas ou Cidades Indígenas? Reflexões sobre Índios e Cidades. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 9-30, jan./jun. 2010.
- OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Índios urbanos no Brasil: Considerações demográficas, educacionais e político-lingüísticas. IPOL, 2009. Disponível em: <[http://www.ipol.com.br/Linguas\\_Indigenas\\_e\\_Educacao\\_Escolar.html](http://www.ipol.com.br/Linguas_Indigenas_e_Educacao_Escolar.html)>. Acesso em: 22 jan. 2011.
- PEREIRA, Nunes. Os Índios Maués. 2ª. ed. rev. Manaus: Editora Valer e do Governo do Estado do Amazonas, 2003.
- POPULAÇÃO INDÍGENA FUNASA (SIASI/2010). Disponível em <<http://www.funasa.gov.br>> Acesso em 03 de novembro de 2010.
- RAMOS, Alcida Rita. Sociedades Indígenas. 5ª. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- SANTOS, José Luiz dos. O que é cultura. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). A temática indígena na escola: Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. In: GRAY, Andrew. O impacto da conservação biodiversidade sobre os povos indígenas. 3. Ed. São Paulo: Global: Brasília: MEC: MARI: UNESCO, 2000.
- SILVA, Marlene de Deus Tavares. Estudos Amazônicos: O Pará em questão. 4ª. ed. Belém: Design Gráfica, 2003.
- TEIXEIRA, P. (Org.) Sateré-Mawé: retrato de um povo indígena. Manaus: UNICEF/FNUAP, 2005.
- \_\_\_\_\_; SENA, R. R. As migrações entre os Sateré-Mawé, povo indígena da Amazônia Brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16, 2008, Caxambu, Anais. Campinas: ABEP, 2008.
- \_\_\_\_\_. Migração, urbanização e características da população indígena do Brasil através da análise dos dados censitários de 1991 e 2000. In: III CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, ALAP, realizado em Córdoba –Argentina, de 24 a 26 de setembro de 2008.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é. Povos Indígenas no Brasil. Agosto, 2006. Disponível em <<http://www.pib.socioambiental.org.br/>>. Acesso: 3/01/2011.